




PLENÁRIA FNP



SINDIPETRO-RJ FAZ ASSEMBLEIAS PARA A ELEIÇÃO DE DELEGADOS

Com o objetivo de discutir os temas estratégicos para a luta da categoria petroleira, a Plenária da FNP, virtual, reunirá delegações de todo o país entre os dias 10 e 11/09

Na base do Sindipetro-RJ, a eleição dos delegados acontece de 24/08 a 03/09 conforme calendário publicado neste boletim.

IMPORTANTE: em algumas unidades, ocorrerão assembleias não deliberativas que vão discutir a minuta da Petrobrás sobre o turno de 12h. Saiba mais na página 2.

O prazo para inscrição das chapas foi encerrado no dia 19/08, mas os associados podem encaminhar suas teses para o email: contato@sindipetro.org.br. A delegação do Sindipetro-RJ será composta por 20 delegados, eleitos em assembleias, proporcionalmente entre as chapas inscritas, conforme o Estatuto da entidade.

Assembleias no **TABG:**

C: 26/08 às 19h
A: 27/08 às 19h
B: 29/08 às 19h
E: 31/08 às 19h
D/Adm: 01/09 às 07h

Assembleias no **CNCL:**

G5: 24/08 às 19h
G1: 25/08 às 19h
G3: 27/08 às 19h
G4: 30/08 às 19h
G2: 03/09 às 19h

Assembleias no **UTE:**

A: 24/08 às 19h
C: 27/08 às 19h
E: 30/08 às 19h
B: 02/09 às 19h
D: 31/08 às 7h

Assembleias no **TEBIG:**

D: 24/08 às 19h
C: 25/08 às 7h
E: 30/08 às 19h
B: 30/08 às 7h
A: 29/08 às 19h

Assembleias no **CENPES:**

B: 24/08 às 7h
C: 25/08 às 7h
A: 27/08 às 7h
D: 30/08 às 7h
E: 01/09 às 7h

Assembleias no **Aeroporto** (plataformas):

24 a 26/08
31/08 a 02/09

Assembleia no **COMPERJ** (GASLUB):

25/08 às 19h

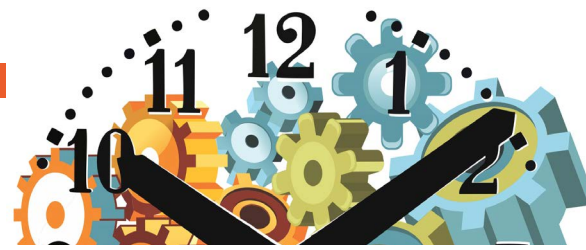
Assembleia **ADM:**

26/08 às 18h

Assembleia repescagem
todas as bases:

03/09 às 18h





SINDIPETRO-RJ SOLICITA ALTERAÇÃO DE MINUTA APRESENTADA PELA PETROBRÁS

No dia 18/08, o Sindipetro-RJ encaminhou ofício para a Petrobrás em que solicita alterações na minuta do ACT enviada pela empresa, no último dia 02/08, que trata da tabela de 12 horas

O objetivo do documento é expressar o entendimento estabelecido na reunião ocorrida no último dia 22/07 entre o Sindipetro-RJ e a Petrobrás.

A justificativa para a alteração da Cláusula 4º, Parágrafo 2º, se deve a uma compreensão da entidade sindical que envolve dois aspectos:

- como é de conhecimento da Petrobrás não havia Tabelas de Turnos vigentes até 31/01/2020 no Ativo de Processamento de Gás Natural de Itaboraí (APITB), porém a empresa sugere a permanência da cláusula como “letra morta”, nos termos próprios utilizados pelo preposto da empresa; e

- para explicitar que o Sindicato não mudou sua interpretação sobre a legislação trabalhista e nem está disposto a abrir mão

do intervalo interjornada seguido do Descanso Semanal Remunerado (DSR), sendo que o presente acordo está delimitado a uma situação específica dos trabalhadores desse setor de trabalho, cuja implementação na Tabela de Turnos é nesse momento favorável aos empregados. No entanto, não serve de parâmetro ou comparação quanto às outras bases sobre as quais inclusive já foram questionadas judicialmente. Portanto, não interferindo esse acordo sobre eventuais questionamentos em outras localidades da mesma natureza.

O assunto vai ser discutido de forma não deliberativa nas assembleias que estão sendo convocadas para a eleição de delegados à Plenária da FNP. Consulte o calendário na página 1 desta publicação.

TABG



TRANÇAÇO POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E EMPREGOS

No dia 24/08, os trabalhadores desempregados da Ilha do Governador estão organizados e promoveram junto com o Sindicato um trançaço na passagem de troca de turno do TABG, provocando um atraso na entrada. Mais de 100 trabalhadores próprios, terceirizados e desempregados participaram da atividade contra o efetivo reduzido, contra a privatização e pela vida e emprego dos trabalhadores.

Além da precarização das condições de trabalho e salários que atinge todos os trabalhadores, os terceirizados sofreram, por exemplo, cortes salariais de 30 a 50% e tive-

ram a família excluída do plano de saúde.

Na AMS, um exorbitante aumento das mensalidades seguido de descontos abusivos pressiona os trabalhadores próprios a saírem do plano por ter se tornado inviável à capacidade de pagamento do trabalhador da ativa ou aposentado/pensionista.

Essa foi a terceira mobilização que contou com o apoio do “Movimento Empregos Ilha, Já”, uma iniciativa composta por trabalhadores que lutam por garantir vagas no TABG para trabalhadores que residem na Ilha do Governador. A central de trabalhadores CS-P-Conlutas também tem marcado presença.

SINDIPETRO-RJ VENCE DUAS AÇÕES

CUSTEIO DO TELETRABALHO - No dia 18/08, após considerar todos os desafios que foram impostos com a pandemia do coronavírus, o juiz do trabalho Fabio Correia Luiz Soares condenou a Petrobrás a fornecer auxílio para cobrir as despesas mensais.

Para o arbitramento dos valores gastos foram apuradas, em empresas do setor, as estimativas de média, considerando os itens básicos para o teletrabalho e foi fixado o valor em R\$ 175,00 por mês em favor de todos os empregados que desempenham o teletrabalho. Sob pena de multa, a Petrobrás tem prazo de 30 dias para fazer essa implementação.

PRÁTICAS ANTISSINDICAIS - No dia 18/08, o Sindicato venceu outra ação aberta contra as práticas antissindicais da hierarquia bolsoneira na Petrobrás. Para o juiz, foi

um equívoco a Petrobrás pressionar os trabalhadores, vinculando a suspensão da ajuda de custo ao possível retorno presencial numa época em que ainda não havia nem notícia de vacinação da população.

É lamentável o comportamento de uma direção irresponsável. Aos ofícios enviados pelo Sindicato, não houve respostas. Em reuniões, nenhuma das reivindicações foi considerada. Na Justiça, contestou decisões liminares e recorreu com mandado de segurança.

O isolamento social sem dúvida era necessário para salvaguardar a vida na pandemia, mas as condições podem e devem ser debatidas de forma a evitar ilegalidades e garantir condições dignas para os trabalhadores.

Nas duas ações, a decisão é de primeira instância e pode haver recurso.

CARTILHA COMBATE DESINFORMAÇÕES

O Sindipetro-RJ, através do GT de Acompanhamento do Teletrabalho e do seu Departamento Jurídico, produziu uma cartilha informativa com esclarecimentos e informações relativos ao regime de teletrabalho.

O material é focado na pauta para regramento permanente do Teletrabalho, que foi aprovada em assembleia com a categoria.

A cartilha reforça a posição do Sindicato na defesa do teletrabalho emergencial diante da pandemia, defendendo sua continuidade até que haja condições seguras para retorno.

Confira a íntegra do material no QRCode ao lado e pelo link:

<https://bit.ly/cartilhaTeletrabalho>



AMS

BALCÃO VIRTUAL

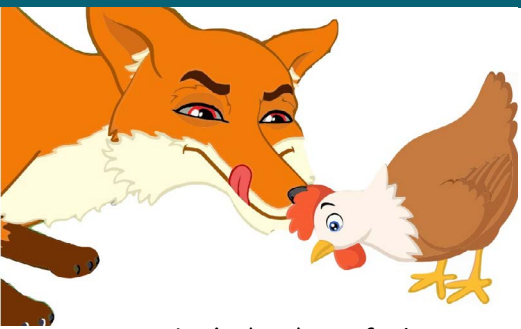
O Sindipetro-RJ lança balcão virtual para o atendimento exclusivo sobre questões relativas à AMS aos associados.

Os atendimentos com os advogados deverão ser previamente agendados pelo e-mail juridico@sindipetro.org.br.

Veja o vídeo para obter mais informações e compartilhe:

<https://bit.ly/balcaovirtualAMS>





FRAUDES: QUANDO A RAPOSA SE APOSSA DO GALINHEIRO

A título de auferir para si e oferecer maior rentabilidade aos gestores (gerentes de um galinheiro) de fundos de pensão, especuladores, corretoras, bancos, empresas (raposas) apresentam Fundos de Investimentos em participações (FIP) como alternativa para multiplicar o dinheiro guardado dos aposentados e ativos (galináceos) que contribuem com os fundos.

Em tese, é um financiamento bancado por fundos como a Petros para apoiar o desenvolvimento de empresas que apresentam um grande potencial de crescimento, proporcionando rentabilidade para o dinheiro aplicado. Mas na prática essa grana é usada muitas vezes para operações fraudulentas contra os fundos de pensão, como vem denunciando o Ministério Público Federal (MPF).

CONFORME INFORME DO RELATÓRIO ANUAL DA PETROS - 2020, o valor contábil registrado pela fundação em Fundos de Investimento em Participações é de mais de R\$ 213 milhões. Ou seja, dos R\$ 300 milhões investidos hoje, uma parte da carteira dos FIPs, R\$ 90 milhões, está provisionada para perdas, registrando um valor “reduzido” pela “possibilidade” do dinheiro investido se perder por conta de investimentos mal sucedidos como aconteceu, por exemplo, com o FIP

Brasil Petróleo 1, que causou uma perda de R\$ 100 milhões para a Petros.

OS FIPS QUE JÁ CAUSARAM PREJUÍZOS A PETROS - Além do FIP Brasil Petróleo 1, cujo esquema foi liderado pelo atual presidente do Clube de Regatas Flamengo, cabe citar outros que causaram prejuízos como: FIP Sondas, FIP BR Educacional, FIP Brasil de Governança Administrativa, FIP Caixa Modal Óleo e Gás, estes ligados ao ministro da Economia Paulo Guedes, sendo alvos de investigação no MPF. O órgão investiga a suspeita de fraudes contra os fundos Petros; o Previ, do Banco do Brasil; e o Funcef, da Caixa Econômica Federal. Segundo as investigações, os fundos de pensão aportaram mais de R\$ 1 bilhão nos fundos.

As contas da Petros foram rejeitadas entre 2004 e 2019 pelo seu conselho fiscal, sendo que entre 2013 e 2017, por unanimidade de seus membros, ou seja, contando com o voto dos conselheiros indicados também pela Petrobrás - e isso sempre foi de pleno conhecimento do MPF, da Previc e da própria Petrobrás. A pergunta que fica é: por que esses alertas dos conselheiros fiscais não foram suficientes para evitar as perdas com investimentos na Petros?

Enquanto isso, os aposentados, pensionistas e ativos seguem sendo os maiores fiadores e vítimas do apetite voraz das raposas do mercado financeiro que entopem de dinheiro os bolsos da burguesia brasileira que conta seus ovos de ouro.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

BOLSONARO ATUA PARA DESATIVAR O SETOR

No início deste ano, Bolsonaro cortou investimentos na ordem de R\$ 9 bilhões atingindo mais de 90 entidades científicas, acadêmicas e tecnológicas. CENPES, CEPEL e INPE são exemplos dessa política nefasta aos brasileiros.

Assim como está acontecendo a precarização e a redução do efetivo crescentes no CENPES, na Eletrobrás a situação é ainda pior. No início deste ano, o conselho administrativo da maior estatal do setor elétrico decidiu que a empresa não tem mais obrigação de manter o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL), que é responsável pelo desenvolvimento de softwares que controlam a

distribuição de energia em todo o país.

Criado no início da corrida espacial, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) desenvolve pesquisas e tecnologias e consolidou-se como uma das mais relevantes instituições científicas do país. No início deste mês, completou 60 anos e nunca esteve com orçamento tão reduzido, enfrentando a impossibilidade da continuidade de projetos.

Ao promover a destruição de centros de pesquisas, o desgoverno aposta em um Brasil dependente e sem futuro, destinado a ser mero fornecedor de matéria prima para outros países.